



## INFLUÊNCIA RELIGIOSA NA ATIVIDADE POLÍTICA LATINO-AMERICANA: Brasil – Colômbia

*Nayive Castellanos Villamil\**

**RESUMO:** Este artigo analisa a relação entre religião e política na sociedade latino-americana contemporânea, caracterizada por crescentes processos seculares. A relação dessas duas dimensões é dada em termos de influências políticas públicas mediadas por uma ideologia conservadora de líderes religiosos e políticos, que têm participação pública ativa. Na sociedade contemporânea latino-americana, é recorrente a participação de igrejas evangélicas em aliança com partidos políticos que buscam influenciar a atividade política. Em um quadro democrático, o vínculo da religião evangélica com líderes políticos suscita repercussões sociais como o papel que certos movimentos religiosos parecem retomar na condução da vida pública nas sociedades.

**PALAVRAS-CHAVE:** Religião; Política; Igrejas Evangélicas.

### THE RELIGIOUS INFLUENCE IN THE LATIN AMERICAN POLITICAL ACTIVITY: BRAZIL – COLOMBIA

**ABSTRACT:** This article analyzes the relationship between religion and politics in contemporary Latin American society characterized by secular process. The relationship of these two dimensions is given in terms of influencing public policies mediated by a conservative ideology of both religious leaders and politicians who have active public participation. In contemporary Latin American society, the participation of evangelical churches in an alliance with political parties that seek to influence political activity is recurrent. In a democratic framework, the link between the evangelical religion and political leaders gives rise to social repercussions such as the role that certain religious movements seem to take in the conduct of public life in societies.

**KEYWORDS:** Religion; Politics; Evangelical Churches.

\*\*\*

---

\* Mestranda em Estudos Políticos, na Universidade Nacional da Colômbia. Graduada em Ciências Sociais. Graduada em Relações Econômicas Internacionais.

**E**mbora a questão da religião e da política tenha sido abordada durante séculos e em todas as esferas do conhecimento, mesmo hoje, em muitas áreas, este continua a ser um assunto crítico, porque atravessa duas dimensões que têm a ver com a ideologia e as crenças da sociedade. Por um lado, como o pesquisador brasileiro Michel Löwy explica, a religião é uma realidade social e histórica como uma das múltiplas formas de ideologia, isto é, das produções espirituais de um povo, da produção de ideias, representações e consciência, condicionada pela produção material e relações sociais correspondentes<sup>1</sup>. Na mesma linguagem, Antonio Gramsci falou sobre o cristianismo afirmando que este é, em certas condições históricas, uma forma necessária da vontade das massas populares, uma forma específica de racionalidade do mundo e da vida. Dimensão que nesse sentido é atravessada pela cultura e que, em algum ponto, encontra-se com a política.

Por outro lado, a política, entendida a partir da visão de Chantal Mouffe, pode ser compreendida como o conjunto de práticas correspondentes à atividade política tradicional. Mouffe, por sua vez, levanta a categoria de "o político" como a dimensão do antagonismo constitutivo das sociedades humanas, enquanto a "política" como o conjunto de práticas e instituições através das quais uma determinada ordem é criada, organizando a convivência humana, no contexto do conflito derivado do político<sup>2</sup>. Levando em consideração esta conceituação de política e religião, pode-se dizer que estas dimensões estão atravessadas pela cultura e fazem parte do conjunto de práticas derivadas da própria complexidade das sociedades humanas. Contudo, mais do que um relacionamento, a questão é até que ponto, na sociedade atual latinoamericana, o vínculo entre líderes políticos e movimentos religiosos possui um impacto na atividade política e em seus esquemas institucionais, permitindo que este vínculo funcione em um contexto de secularização?

## Religião na esfera pública

No mundo contemporâneo, a participação da religião nas atividades políticas é uma constante na sociedade. Embora algumas sociedades passem por processos de secularização, persistem

<sup>1</sup> LÖWY, Michael. *O que é cristianismo da libertação: Religião e política na América Latina. The war of gods: religion and politics in Latin America*. 2ª edição. São Paulo: Expressão popular, 2016, p. 9.

<sup>2</sup> MOUFFE, Chantal. *En torno a lo político*. 1. Política. 2. Sociología. I. Soledad Laclau. 1ª edición. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007, p.15.

outros comunicantes entre religião e política, com alcance nos processos eleitorais e nos objetivos legislativos. Várias correntes analíticas de diferentes áreas como a Filosofia, a Sociologia e a História documentaram o papel decisivo que os processos de secularização tiveram nas sociedades ocidentais modernas, com estudos como os do sociólogo inglês Michael Burleigh, sobre a ruptura ou o confronto entre o altar e o trono<sup>3</sup>, que destacam a separação institucional e moral destes, além de assumir uma garantia de neutralidade do Estado contra a diversidade da sociedade, em oposição a possíveis escolhas a que os indivíduos possam eleger de uma maneira particular.

Na América Latina, esse processo de separação entre o altar e o trono tomou vários caminhos, sendo um dos mais reconhecidos o processo político mexicano, que tomou um caminho específico marcado pela Revolução, apresentado neste país entre os anos 1910 e 1920. No caso colombiano, essa separação entre política e religião foi muito mais tarde, marcada pela lentidão na ruptura das relações entre o Estado e a Igreja Católica, que foi enquadrada nas tentativas de eliminar a Concordância com a Santa Sé, a limitação desta ruptura, nos anos que se seguiram à promulgação da Constituição de 1991 e, finalmente, com a igualdade do status para todas as igrejas do país. Essas mudanças significaram uma clara separação não só entre o Estado e uma denominação religiosa particular, mas entre o Estado e a política em relação à religião. Para o caso brasileiro, a Constituição de 1934 afirma a posição secular do Estado e é novamente considerado o princípio da separação entre Igreja e Estado logo após a constituição de 1946 também mantida nas constituições de 1967, 1969 e continua até a última constituição em 1988, constituição que vem da transição de um regime militar para um novo sistema democrático, gradualmente dos militares para a sociedade.

Os quadros constitucionais afirmam estados laicos e seculares. No entanto, na prática, os laços religiosos e políticos não terminam. Os esforços para proscriver a religião da vida pública parecem incessantes, considerando que na sociedade de hoje há um aumento na religiosidade e motivações para a participação política em meio a uma percepção desfavorável desta, das instituições e, ainda mais, do sistema político democrático. Portanto, a atividade política e as alianças religiosas supõem ter mecanismos de coesão em sua visão de condução da esfera pública da sociedade.

A presença constante da religião nas esferas públicas é iminente, como observou tanto o sociólogo inglês Michael Burleigh quanto à teóloga inglesa Karen Armstrong, que concordam que a religião está em todas as partes e, obviamente, diz Burleigh, implica numa distorção total da história.

<sup>3</sup> BURLEIGH, Michael. *Poder terrenal: religión y política en Europa, de la revolución francesa a la Primera Guerra Mundial*. Trad. de José Manuel Álvarez Flórez. Madrid: Taurus, 2005, p. 326.

Nesse sentido, o professor colombiano Carlos Alberto Patiño Villa adverte sobre a religião na arena pública, não como uma coisa passageira, mas como algo em plena ebulição e com a capacidade de participação política<sup>4</sup>.

Grande parte dos estudos sobre religião e política tem sido realizados a partir da Filosofia, Sociologia e História, que levaram a análise sobre a relação entre religião e política. Na América Latina, destacam-se as obras do professor inglês Paul Freston, o sociólogo chileno Cristian Parker Gumucio, o sociólogo mexicano Roberto Blancarte e o professor brasileiro Leonildo Silveira Campos, onde indicam que a relação entre religião e política mudou nas últimas décadas, já que a Igreja Católica enfrentou vários dilemas, e os protestantes crescem numericamente, buscando transferir sua tradição de ativismo para o campo da política. Isso está relacionado à inserção das sociedades latino-americanas no capitalismo global do início do século XXI e aos processos de redemocratização nas transformações das relações clássicas entre o Estado e a religião com novos agentes político-religiosos, como Silveira os chama, ao propor as categorias de políticos evangélicos e políticos de Cristo para defender interesses institucionais e morais.

O trabalho de Silveira descreve bem este relacionamento, pois usa exemplos da ação política das igrejas brasileiras, como o Reino Universal de Deus e a Assembléia Evangélica de Deus, bem como a trajetória política de alguns governadores para entender as relações políticas entre eles. Da mesma forma, estudos no México, onde partidos e movimentos historicamente inspirados em valores antireligiosos, como o Partido Comunista, ou secularistas, como o PRI mexicano, o Partido Liberal ou Radical em vários países, inspirados em ideologias anticlericais, cessaram suas políticas antireligiosas, e implementaram políticas de respeito e tolerância, até mesmo se reconciliando com igrejas e certos valores cristãos.<sup>5</sup>

Na Colômbia, destacou-se o trabalho do sociólogo William Mauricio Beltrán Cely, que estudou o processo de pluralização religiosa e o surgimento do movimento pentecostal<sup>6</sup>, estando este em diálogo com o trabalho de Silveira. Segundo Beltrán, o pentecostalismo é um fenômeno de massa

<sup>4</sup> PATIÑO, Carlos. *Guerras de religiones, Transformaciones sociales en el siglo XXI*. 1ª edición. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2006, p.194.

<sup>5</sup> PARKER, Cristian. *Religión, cultura y política en América Latina: nuevos enfoques*. 1ª edición. Santiago: Edit. Universidad de Santiago de Chile, 2012, p.14.

<sup>6</sup> BELTRÁN, William. *Del monopolio católico a la explosión pentecostal Pluralización religiosa, secularización y cambio social en Colombia*. 1er edición. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2013, p. 293.

com participação de partidos políticos. Essas análises fornecem um quadro referencial na medida em que nos permitem ver o escopo das alianças político-religiosas.

Para o caso colombiano, o trabalho foi documentado em torno da atividade política de certas igrejas, especificamente em áreas eleitorais. O trabalho de Daniela Helmsdorff, da Universidade dos Andes, por exemplo, está em diálogo com o trabalho do professor Javier Duque Daza, explicando o trânsito das comunidades religiosas protestantes para a política eleitoral na Colômbia. Duke Daza explica esta transição da abordagem da conjunção de fatores divisivos sociais e institucionais que combinam uma tradição organizacional, expansiva e consolidada desses grupos, com um novo quadro de oportunidades. Por outro lado, Helmsdorff concentra-se nas motivações do antigo Partido Nacional Cristão, antigo bastião da Igreja Missão Carismática Internacional, catalogando-os como proselitistas porque queriam aproveitar o espaço da televisão para ganhar seguidores<sup>7</sup>. Ela também afirma que as práticas políticas desse Partido tiveram um marcado verticalismo como uma organização autoritária e clientelista, já que resolveu problemas pessoais através de conexões com pessoas influentes no aparelho estatal. Em contrapartida, o movimento político colombiano MIRA foi estudado como aquele que não fez alianças com os partidos políticos tradicionais, mas teve ação política baseada em religião. Este caso é documentado pela socióloga Bibiana Ortega, quando a mesma afirma que as sociedades e seus sistemas políticos mantêm uma relação interdependente que transcende a conformação de novos fatos sociais e, ao cavar as raízes entre a sociedade, a política e a religião, será possível entender que essas fronteiras são apagadas na complexa relação entre poder e crença, entre política e religião, ou entre militantes e paroquianos<sup>8</sup>.

Do mesmo modo, o trabalho do teólogo colombiano e acadêmico Álvaro Cepeda van Houten, da Universidade de San Buenaventura, aborda a participação na política da Igreja Missão Carismática Internacional, onde o nepotismo e a venda de influências são algumas das suas características. Sua contribuição se concentra na abordagem de Pierre Bourdieu<sup>9</sup>, em termos de reconversão do capital dos bens simbólicos, acumulados no campo religioso, em um investimento no campo político. Van Houten ressalta que:

<sup>7</sup> HELMSDORFF, Daniela. Participación política evangélica en Colombia (1990-1994): Religión y política en la sociedad. In: *Revista História Crítica*. Universidad de los Andes: Bogotá, n. 12, enero-julio, 1996, p. 77-86.

<sup>8</sup> ORTEGA, Bibiana. El hilo invisible entre el creer y el poder de las relaciones entre política y religión en el caso del MIRA y la IDMJI. *CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, ano 4, ed. 11, set./dez, 2010.

<sup>9</sup> BOURDIEU, Pierre. *La eficacia simbólica: religión y política*. Buenos Aires: Biblos Pensamiento Social, 2009, p. 81

as diferenças entre a organização religiosa e o movimento político são poucas, uma vez que, em tempos de campanha eleitoral, todo o andaime religioso se adapta às demandas da empresa política transformando líderes espirituais em líderes políticos e meios de divulgação religiosa em aparelhos de proselitismo político<sup>10</sup>.

## Fenômeno religioso no Brasil e na Colômbia

Em países como Colômbia e Brasil, embora exista um fenômeno religioso, cada um tem suas próprias peculiaridades. Por exemplo, na Colômbia, políticos como o ex-presidente Álvaro Uribe Vélez mantêm uma estreita relação com os líderes da igreja evangélica Missão Carismática Internacional, que é especialmente evidente nos ambientes eleitorais, onde a sede da igreja em Bogotá torna-se o cenário para o discurso do ex-presidente, como foi no contexto do plebiscito para a campanha do *NÃO*, no processo de paz de 2016 na Colômbia. A este respeito, a pesquisadora colombiana Daniela Helmsdorff afirma que, no entanto, não há novidade democrática nesta relação entre religião e política, já que nem os objetivos políticos, nem os procedimentos para alcançá-los são democráticos, portanto, seu sucesso é devido ao fato de que os grupos evangélicos permanecem próximos das raízes sociais e sua participação política é uma estratégia dos grupos de gestão para fortalecer seu poder na sociedade.

Por sua parte, no Brasil, os líderes religiosos constituem seus próprios partidos políticos e têm uma importante bancada no Congresso, com 87 deputados e 3 senadores, bem como governadores, assembleias regionais e prefeitos, como no caso do Rio de Janeiro, representado por Marcello Crivella, político e pastor evangélico da Igreja Universal do Reino de Deus, que enfrenta críticas por sua ideia de reduzir o orçamento para o Carnaval, considerando-o de pouca importância e com práticas anti-morais. Outra igreja com participação política no Brasil é a Assembleia de Deus, cujo representante Eduardo Cunha também foi um dos articuladores do golpe de estado que derrubou Dilma Rousseff e instalou Michel Temer no poder. Além disso, Cunha obteve permissão para missas evangélicas para deputados, conselheiros e visitantes dentro do Congresso Nacional. Da mesma forma, os grandes líderes evangélicos brasileiros possuem canais de televisão e estações de rádio que lhes permitem chegar de maneira direta e permanentemente a seus paroquianos.

<sup>10</sup> CEPEDA VAN HOUTEN, Álvaro. A cristianização da política: elementos de análise. *Revista de Teologia e Ciências da Religião da Unicap*. Periódico publicado pelo Mestrado em Ciências da religião da Universidade Católica de Pernambuco-UNICAP. Recife: Universidade Católica de Pernambuco, Ano VII, n. 7, jan-jun, 2008, p.87.



Embora seja verdade que, tanto na Colômbia quanto no Brasil, a relação entre religião e política tem um grau de participação no Legislativo, se faz claro que existe um fenômeno religioso crescente, visível de uma forma ou de outra na esfera pública e, portanto, nas políticas públicas.

## Ligação político-religiosa e democracia

A relação dos líderes religiosos com os políticos, e a influência desta relação, nas palavras do acadêmico e pesquisador brasileiro Carlos Lins da Silva, é uma ameaça para a democracia<sup>11</sup>. O aumento dos políticos evangélicos ocorre porque a população acredita que um líder, que tem um componente religioso, é mais honesto do que os políticos tradicionais, da mesma forma é a concepção de moralidade que lhes é concedida pelo motivo de eles terem maior grau de pureza por serem fiéis. Do mesmo modo, Da Silva argumenta que a interferência nas políticas públicas pelos evangélicos gera choques que podem causar preconceitos na sociedade, levando a extremos que são inerentemente prejudiciais. Ele afirma que a religião está ancorada na fé e a política, na racionalidade e na realidade, e que, por sua vez, a religião faz com que as pessoas se movam por dogmas inquestionáveis, enquanto na política as pessoas podem ter convicções, mas também podem estar abertas a outros pontos de vista. Por isso, a religião é incompatível com a democracia.

No entanto, à luz de alguns pesquisadores e jornalistas, como o brasileiro Marcelo Musa Cavallari, a relação entre política e religião é legítima, porque a ideia do projeto moderno de colocar a religião em um lugar privado falhou, considerando que as sociedades ocidentais se baseiam no cristianismo<sup>12</sup>. Ele também afirma que a influência ideológica da religião na política é válida, porque os líderes são democraticamente eleitos e têm o direito de projetar sua visão da realidade conhecida pelos eleitores, uma vez que estes foram às urnas. É o caso, por exemplo, do atual prefeito evangélico do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, cuja proposta atual é reduzir o orçamento do Carnaval, insistindo que esse tipo de atividade expõe as almas dos paroquianos, conforme é relatado pelo jornal El Mundo. Para o pesquisador Cavallari, isso é normal, haja vista que a sua ideologia conservadora já era conhecida no momento da eleição e, se ele ganhou, foi por escolha da maioria, da mesma forma que

<sup>11</sup> LINS DA SILVA, Carlos. *Uma nação com alma de igreja: religiosidades e políticas públicas nos EUA*. São Paulo: Paz e Terra, 2009, p. 112.

<sup>12</sup> CAVALLARI, Marcelo. *Catolicismo*. São Paulo: Bella Editora, 2017.

afirma que foi o caso de Dilma Rousseff que, sendo marxista, foi eleita e também foi normal que sua ideologia se refletisse na direção das suas políticas públicas.

Tendo em conta as declarações dos pesquisadores Da Silva e Cavallari, cada uma com posições diferentes quanto ao que significa a religião estar ligada à política, há um ponto em comum: a inegável participação ativa da religião, especificamente a evangélica, nos assuntos públicos. Eles concordam que essa visibilidade das igrejas evangélicas, líderes políticos ligados a líderes religiosos ou líderes religiosos transformados em políticos, tem aumentado e continuará a ser uma tendência. Nas palavras do jornalista Cavallari, a religião permanecerá na esfera pública porque o projeto moderno não conseguiu fornecer os elementos que dependiam da religião e que são mais do que se pensavam.

No entanto, com respeito à relação da política e da religião na democracia, analisada por estes dois pesquisadores, como uma pequena amostra para continuar a se aprofundar nesta discussão, podemos considerar as implicações desse relacionamento para a atual crise democrática pela qual atravessa a América Latina. Para o pesquisador Da Silva (2009), a relação entre religião e política é uma ameaça para a democracia e a prejudica, pois a mistura entre racionalidade e fé leva ao extremismo. No entanto, para Cavallari, essa influência é a demonstração de que nem o projeto moderno, nem a democracia, são capazes de fornecer os valores e princípios oferecidos pela religião, imersa na cultura das sociedades.

## Considerações finais

No caso do Brasil, pode-se dizer que a religião tem um caráter público, apesar de preconizar seu caráter particular. A religião é pública na imposição de seus dogmas e pode continuar a influenciar as políticas públicas, especialmente quando os governos são conservadores e tendo orientações político-religiosas que contemplam questões ligadas aos dogmas cristãos, como o aborto, o casamento e educação, por exemplo. Nestes casos, e com respeito ao apoio do dogma, é quando as diretrizes vêm das denominações evangélicas pentecostal e neopentecostal, levando em conta que a Igreja Católica também possui atuação política, mas em menor grau, no caso do Brasil. No caso da Colômbia, são também as igrejas evangélicas que exercem a maior pressão em termos de políticas públicas, quando se trata de dogma.



Nos governos progressistas, há também influência religiosa nos assuntos públicos em oposição às idéias mais conservadoras, como nas ações ligadas à militância de setores vinculados, especialmente, à Igreja Católica que, no caso do Brasil, é investido onde os evangélicos têm menos ação. Por outro lado, na Colômbia, apesar de ter havido governos progressistas, os evangélicos possuem influência. No Brasil, como exemplo de ação nas políticas públicas, há a pastoral da Igreja Católica, que atua em diversas esferas com moradores da rua, imigrantes, crianças, etc. Quanto à influência entre os legisladores, na criação de leis, os evangélicos têm atuado na representação legislativa, tanto nas esferas federal, estadual ou municipal, pois, ao contrário do sacerdócio católico, o pastor evangélico pode atuar na política partidária.

O Brasil tem várias identidades religiosas e a predominância de uma delas pode não trazer benefícios para a democracia em razão da parte que não está, ou está sub-representada, nas esferas públicas (Executivo, Legislativo e Judicial) poder ser sufocada por uma agenda predominantemente cristã. Essa interferência pode, de alguma forma, afetar aqueles que não se encaixam no padrão cristão, como a comunidade LGBT e os praticantes de cultos africanos. No Brasil, os evangélicos compõem mais de 20% da população onde os políticos evangélicos têm entrada nas classes mais baixas, sendo um componente importante dentro da esfera legislativa.

Para manter a democracia, apesar de sua crise, é imperativo que haja um equilíbrio entre as influências exercidas sobre assuntos de política pública, sem misturar questões gerais com as do credo. No entanto, é necessário que os eleitores tenham uma cultura política, pois são eles que devem supervisionar a gestão pública para que haja um ambiente democrático, onde haja participação, mas não a imposição de algumas ideologias, em um ambiente onde duas dimensões, como a política e a religião, sejam relacionadas, apesar dos avanços seculares do projeto moderno, já que são atravessadas pela cultura que recolhe os imaginários e as representações coletivas das sociedades humanas.

## Bibliografia

- BURLEIGH, Michael. *Poder terrenal: religión y política en Europa, de la revolución francesa a la Primera Guerra Mundial*. Trad. de José Manuel Álvarez Flórez. Madrid: Taurus. 2005.
- BELTRÁN, William. *Del monopolio católico a la explosión pentecostal Pluralización religiosa, secularización y cambio social en Colombia*. 1ª edición. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. *La eficacia simbólica: religión y política*. Buenos Aires: Biblos Pensamiento Social, 2009.

- CAVALLARI, Marcelo. *Catolicismo*. São Paulo: Bella Editora, 2017.
- CEPEDA VAN HOUTEN, Álvaro. A cristianização da política: elementos de análise. *Revista de Teologia e Ciências da Religião da Unicap*. Periódico publicado pelo Mestrado em Ciências da religião da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP. Recife: Universidade Católica de Pernambuco, Ano VII, n. 7, dezembro, 2008, p. 37-54.
- DUQUE, Javier. Las comunidades religiosas protestantes y su tránsito hacia lo político-electoral en Colombia, 1990–2007. *Revista mexicana de sociología*, vol. 72, no. 1, enero-marzo, 2010, p. 73-111.
- HELMSDORFF, Daniela. Participación política evangélica en Colombia (1990-1994): Religión y política en la sociedad. In: *Revista História Crítica*. Universidad de los Andes: Bogotá, n. 12, enero-julio, 1996, p. 77-86.
- LINS DA SILVA, Carlos. *Uma nação com alma de igreja*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2009.
- LÖWY, Michael. *O que é cristianismo da libertação: Religião e política na América Latina*. The war of gods: religion and politics in Latin America. 2ª edição. São Paulo: Expressão popular, 2016.
- MOUFFE, Chantal. *En torno a lo político*. Traducción de Soledad Laclau. 1ª edición. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.
- PATIÑO, Carlos. *Guerras de religiones, Transformaciones sociales en el siglo XXI*. 1ª edición. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2006.
- PARKER, Cristian. *Religión, cultura y política en América Latina: nuevos enfoques*. 1ª edición. Santiago: Edit. Universidad de Santiago de Chile, 2012.
- SILVEIRA, Leonildo Campos. De “Políticos evangélicos” a “políticos de Cristo”: La trayectoria de las acciones y mentalidad política de los evangélicos brasileños en el paso del siglo XX al siglo XXI. In: *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, ano 7, n. 7, setembro, 2005, p. 157-186.
- LINS DA SILVA, Carlos. *Uma nação com alma de igreja: religiosidades e políticas públicas nos EUA*. São Paulo: Editora Paz Terra, 2009.
- ORTEGA, Bibiana. El hilo invisible entre el creer y el poder de las relaciones entre política y religión en el caso del MIRA y la IDMJI. *CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, ano 4, ed. 11, set./dez, 2010, p. 176-205.

**Artigo recebido em: 20/11/2017 ♦ Artigo aprovado em: 18/12/2017**